

“Acesso à Justiça, Carreiras Jurídicas e Administração do Sistema de Justiça”

A presente edição da revista *Direito Público* – publicação oficial vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Constitucional do Instituto Brasiliense de Direito Público (Mestrado e Doutorado Acadêmico) – traz aos seus leitores um conjunto de artigos organizados em três sessões, tendo como composição central o dossiê temático “*Acesso à Justiça, Carreiras Jurídicas e Administração do Sistema de Justiça*”, sob a Coordenação da Professora Dra. Luciana Silva Garcia.

A partir do dossiê temático que ora publicamos, a *Direito Público* caminha para potencializar sua proposta editorial, ao divulgar produções originais de relevância acadêmica, por meio de cadernos temáticos. Para atingir seus objetivos, quais sejam: o de tornar-se um espaço de atualização constante para a comunidade científica nacional e plataforma de divulgação de ensaios, artigos e resenhas dos membros do Programa, conta, para isso, com fluxo permanente de submissão. Para compor os dossiês, o conselho editorial lançou três chamadas de artigos, cada um com prazo específico, sendo a primeira leva publicada na Edição nº 88, 2019.

A chamada recebeu volumoso número de submissão de artigos. Todos foram submetidos à análise prévia do conselho editorial para fins de verificação do cumprimento dos requisitos formais do periódico, para, em seguida, iniciar-se a avaliação da pertinência temática dos manuscritos à proposta anteriormente reproduzida. Realizada essa etapa formal, depois procedeu-se à designação para avaliadores anônimos emitirem pareceres em formulários eletrônicos (sistema *double blind review*). Após, foi realizada verificação das recomendações para emissão de decisão de aceite, correções obrigatórias ou rejeição pelo conselho editorial e editores da revista.

Para cumprimento de sua proposta, cada dossiê temático conta com a coordenação de professoras doutoras com vasto conhecimento nos temas afeitos ao dossiê. Para o presente caderno temático “*Acesso à Justiça Carreiras Jurídicas e Administração do Sistema de Justiça*”, procurou-se problematizar vários subtemas inerentes ao macrotema proposto, conforme segmentação a seguir:

i) as estratégias utilizadas pelas organizações da sociedade civil, movimentos sociais e outros grupos para influenciar as instituições do Sistema de Justiça quanto ao reconhecimento e garantia de direito, em especial de populações em situação de vulnerabilidade.

O artigo que abre a edição, de autoria de Paulo Eduardo Alves, Maria Cecília de Araújo Asperti, Daniela Monteiro Gabbay e Susana Henriques da

Costa, oferece análise da litigância no cenário brasileiro, sob o enfoque dos atores do jogo da litigância, numa abordagem distributiva de acesso à justiça. Utilizando-se das contribuições de Galanter, os articulistas constroem uma narrativa que interpretam as reformas processuais que impactam na litigância repetitiva individual lançando luzes sobre as ideias de “jogadores eventuais” e “jogadores habituais” para, então, compreender os papéis desempenhados por cada participante no sistema brasileiro. Os autores trabalham especulativamente com a hipótese de que o cenário nacional revela diferentes comportamentos de cada participante, seja na capacidade de influenciar reformas judiciais, seja para melhor atendimento às demandas individuais repetitivas.

Em sequência, o artigo de Ludmila Cerqueira Correia caminha na análise das lutas políticas e expressões institucionais que configuram as disputas por reconhecimento e inclusão em direitos, a partir do estudo sobre o acesso ao direito e à justiça por pessoas em sofrimento mental. O estudo das estratégias de sujeitos em situação de vulnerabilidade social foi peça-chave para compreender o conceito de acesso à justiça, bem como a categoria de mobilização do direito para efetivação de direitos humanos e das políticas de saúde mental. O trabalho dá destaque para as estratégias de *advocacy* e para os mecanismos de garantias de direitos, como, por exemplo, o papel da Defensoria Pública e o exercício da cidadania ativa por parte das pessoas em estado de sofrimento psíquico. A autora revisita historicamente as construções sociais de exclusão desse recorte social e segue para a interpretação das lutas por emancipação e reconhecimento à participação na vida política como estratégias de produção e criação do direito, na acepção esculpida por Roberto Lyra Filho.

ii) o recrutamento e formação das carreiras jurídicas, mobilização de seus membros para ocupação de espaços de poder, análises sobre a evolução e a composição dos gastos com pagamento de pessoal das instituições do Sistema de Justiça.

O artigo de André Gambier Campos e Olívia Alves Gomes Pessoa objetiva, em dimensão sociológica, traçar os perfis de magistrados da Justiça Estadual (perfis demográficos, acadêmicos e profissionais), para situar espacialmente e temporalmente a formação e os percursos profissionais de juízes. Os autores procuraram garimpar elementos empíricos para melhor compreensão da estrutura, das práticas e do funcionamento da Justiça. O trabalho dedicou enfoque na Justiça Estadual por entender que tal modalidade jurisdicional gere a maior parcela do fluxo processual nacional, desde recursos financeiros, humanos e infraestruturais. Os resultados alcançados são interessantíssimos, como a constatação da pouca alteração da participação feminina nos cargos da magistratura; o baixo índice de qualificação a nível de pós-graduação dos magistrados e a renda salarial média elevada. No tocante às trajetórias profissionais, com frequência os magistrados assumiram outras funções antes da judicatura, mas,

em sua maioria, integrante do leque profissional do direito, o que denotou ascensões sociais que dizem muito da constituição do corpo de magistrados estaduais.

O manuscrito de Gustavo Seferian, em dimensão interdisciplinar e tomando como base o método histórico e dialético, elucubrou sobre a dimensão de poder político e econômico presente nas instituições do Sistema de Justiça ao examinar as mudanças recentes promovidas na *práxis* da Justiça do Trabalho e, por vez, no direito processual do trabalho. O autor afirma a tese da influência do capital financeiro neoliberalizante na funcionalização do arcabouço jurídico-processual ao mercado financeiro em detrimento do conceito de acesso à justiça e aos direitos sociais. O artigo aponta como conclusão, de que o impacto da financeirização da Justiça trabalhista ensejou um desmonte nas compreensões clássicas de proteção trabalhista. Ademais, também evidenciou o aprofundamento das contradições sistêmicas na sociedade e os efeitos sociais de uma crise civilizacional.

iii) experiências e análises sobre a gestão do Sistema de Justiça (incluindo ações de democratização das instituições, transparência dos dados, relação com outros poderes).

No tocante à gestão do Sistema de Justiça e suas relações com a efetivação de políticas públicas, o artigo de Fabiana Cristina Severi recorre à pesquisa empírica em direito para analisar qualitativamente o desenho institucional das Coordenadorias Estaduais das Mulheres em situação de violência doméstica, dos Tribunais Estaduais de Justiça no Brasil; iniciativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O artigo pretende discutir as capacidades institucionais das Coordenadorias em garantir as políticas judiciais de promoção do acesso à justiça para as mulheres. Apesar de todo avanço observado, o manuscrito aponta falhas e incongruências nessas políticas. Após vasta pesquisa documental e bibliográfica, a autora apresenta a falta de sistematização de informações dessas coordenadorias – como a ausência de relatórios –; a inexistência de autorreflexão interna sobre as estruturas de gênero que permeiam o judiciário e o confronto na adoção do modelo de justiça restaurativa com as recomendações dos tratados internacionais de direitos humanos das mulheres. Ao fim, a autora indica fortalecimento do acesso à justiça de mulheres por meio da atuação institucional do CNJ.

Por fim, encerrando o dossiê temático, o artigo de Deise Brião Ferraz e Simone de Biazzi Avila Batista da Silveira conduziu ao estudo da mediação *online* como ferramenta de acesso à justiça no Brasil e garantia da celeridade na prestação jurisdicional. Partindo de investigação do *Online Dispute Resolution* (ODR), como espécie do gênero métodos alternativos de resolução de disputas; as autoras defendem a necessidade de adequação do instituto às peculiaridades

sociais do Brasil em face do perfil comportamental dos conflitos jurídicos do País. Corroborando com a crítica doutrinária à importação de modelos jurídicos de outras partes do mundo, as autoras concluem da necessidade de mudança cultural para inserção de plataformas mais cognoscíveis aos anseios dos litigantes no cenário brasileiro.

A edição também conta com a seção de doutrina estrangeira especializada. O artigo do Professor Stéphane Pinon, Catedrático da Universidade de Montpellier e docente na área de direito público na Universidade de La Rochelle, destaca o fortalecimento do papel de juízes nas democracias contemporâneas. Refletindo sobre as manifestações do fenômeno do “gobierno de los jueces”, o autor aduz dos perigos de uma supremacia e onipotência do Poder Judiciário, em estudo de caso europeu. O Professor Pinon observa que a radicalização da democracia não deve, necessariamente, passar pelo fortalecimento do poder jurisdicional, mas, sobretudo, deve caminhar para a criação de novos e modernos mecanismos de participação coletiva dentro do sistema representativo tradicional. O tema é instigante para a doutrina constitucional, pois é um fenômeno de observação global, inclusive no Brasil, com a crescente presença do Supremo Tribunal Federal nas decisões políticas e constitucionais nacionais. Encerrando a seção estrangeira, o manuscrito de Poul Fritz Kjae destaca as funções do direito em dimensão global, universal, interlegal e intercontextual, aportando lacunas teóricas e metodológicas no estudo da globalização e os seus impactos ao direito.

Fechando a edição, o artigo de Rafael Silveira e Silva e Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo compõe a seção de estudo jurídico especial. Em uma abordagem que buscou a interação entre a ciência política e o direito, os autores buscam analisar o jogo político de frentes e bancadas parlamentares temáticas para compreender as articulações mobilizadas para a transformação do direito. O trabalho inova ao oferecer estudo sobre uma dinâmica de proteção e garantia de direito que vai além do âmbito judicial para enveredar-se pela esfera legislativa.

Luciana Silva Garcia

Professora do Mestrado Profissional em Administração Pública,
do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Doutora em
Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Nota Editorial

As edições da revista Direito Público contam com seção de “Apresentação”, em cumprimento aos requisitos regulatórios do Qualis Periódico da CAPES/MEC para revistas científicas indexadas.